

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0306/2013

Conselheira Relatora: *Helenise Aparecida L. de S. Ferreira*

Conselheiro Revisor: *Jose Edemir Moreira Fernandes*

Recorrente: **ABBS CORRETORA DE CEREAIS LTDA**

Recurso Processo nº: 452030-4 de 25/06/2009

Auto de Infração da SMADES nº 42572 Valor: R\$ 4.989,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração, acompanhando voto do revisor, **reformando a decisão de 1ª instância**.


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa Recorrente podado árvores de forma irregular sem autorização expressa da Prefeitura Municipal, infringindo o disposto nos arts. 255, 421, II, 722, II, 723, II, "d" "e" "m", sendo penalizado nos termos do art. 760, III da Lei Complementar nº 004/92.

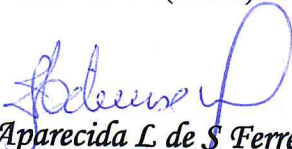
A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção parcial do Auto de Infração.

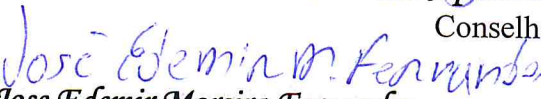
EMENTA

Recurso de ofício. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Inconteste a fé pública do agente fiscal. Provas carreadas insuficientes para elidir a ação fiscal. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Exclusão da agravante pelo julgador de Instância é adequada. No tocante ao quantum este merece reforma. Provas carreadas aos autos demonstram a poda de 03 árvores. Readequação do quantum, reformando a decisão de 1ª Instância. **Devendo a recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor equivalente a 10 (dez) UPF's por árvore, perfazendo um total de 30(trinta) UPF's devidamente corrigidos.** Recurso conhecido e provido parcialmente

Cuiabá, 20 de junho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da Turma


Helenise Aparecida L. de S. Ferreira
Conselheira Relatora


Jose Edemir Moreira Fernandes
Conselheiro Revisor


Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0307/2013

Conselheiro Relator: *Leopoldino Pereira de Queiroz*

Conselheiro Revisor: *Pedro Marcelo de Simone*

Recorrente: **HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO**

Recurso Processo nº: 471401-7 de 02/07/2008

Auto de Infração da SMADES nº 44740 Valor: R\$ 2.494,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração, acompanhando voto do revisor, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietário do imóvel insalubre, coberto de mato servindo de depósito de lixo e sem receber a manutenção adequada, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, II, parágrafo único, 114, 447, I, II e III, parágrafo único, "a", "b" e "c" e 722, II, sendo penalizado nos termos do art. 760, II da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção parcial do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso de ofício. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Inconteste a fé pública do agente fiscal. Provas carreadas insuficientes para elidir a ação fiscal. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. No tocante ao quantum este merece reforma. Não se vislumbra nos autos a descrição de duas circunstâncias agravantes a subsidiar a natureza grave da infração. Presença de atenuantes. Quantum reduzido. **Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor equivalente a 30 (trinta) UPF's devidamente corrigidos nos termos do art. 113, II do mesmo diploma legal.** Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone
Conselheiro Revisor
Presidente da Turma



Leopoldino Pereira de Queiroz
Conselheiro Relator



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 02 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0308/2013

Conselheiro Relator: *Leopoldino Pereira de Queiroz*

Conselheiro Revisor: *Pedro Marcelo de Simone*

Recorrente: **HENRIQUE ALVES FERREIRA NETO**

Recurso Processo nº: 471400-6 de 02/07/2008

Auto de Infração da SMADES nº 44741 Valor: R\$ 2.494,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração, acompanhando voto do revisor, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietário do imóvel insalubre, coberto de mato servindo de depósito de lixo e sem receber a manutenção adequada, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, II, parágrafo único, 114, 447, I, II e III, parágrafo único, "a", "b" e "c", 722, II, sendo penalizado nos termos do art. 760, II da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção parcial do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso de ofício. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Inconteste a fé pública do agente fiscal. Provas carreadas insuficientes para elidir a ação fiscal. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. No tocante ao quantum este merece reforma. Não se vislumbra nos autos a descrição de duas circunstâncias agravantes a subsidiar a natureza grave da infração. Presença de atenuantes. Quantum reduzido. **Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor equivalente a 30 (trinta) UPF's devidamente corrigidos nos termos do art. 113, II do mesmo diploma legal.** Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Conselheiro Revisor
Presidente da Turma


Leopoldino Pereira de Queiroz

Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0309/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 441008-8 de 31/10//2007

Auto de Infração SMTU Nº. 011619 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu o horário programado para a linha das 16:10 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91 que regula a Lei nº 2758/1990, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.


EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da turma


Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0310/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 441296-8 de 14/11/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 010752 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu o horário programado para a linha das 13:35 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI, VIII e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

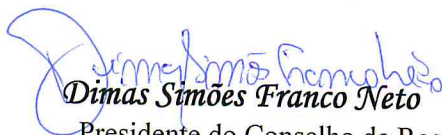


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da turma

Cuiabá, 12 de julho de 2.013



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0311/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 443191-1 de 13/02/2009

Auto de Infração SMTU Nº. 011979 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu o horário programado para a linha das 07:12 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente da turma



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0312/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 443258-2 de 14/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 015053 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com a Notificação nº 011085, a qual instruía a substituição do parabrisa trincado do veículo, infringindo o disposto no art. 23, VIII do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Presidente da turma


Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0313/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 443160-0 de 13/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 015246 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu o horário programado para a linha das 13:54 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

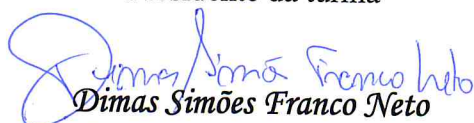
Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente da turma


Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0314/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 443171-1 de 13/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 011910 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu o horário programado para a linha das 12:43 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da turma


Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0315/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 441030-0 de 31/10/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 011982 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

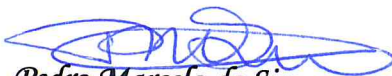
O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu o horário programado para a linha das 07:12hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente da turma



Jesse Rodrigues de Arruda Barros

Conselheiro Relator



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0316/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 454219-9 de 19/06/2006

Auto de Infração SMTU Nº. 007830 Valor: R\$ 832,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu a Portaria nº 03/2006/SMTU, a qual instruía afixar cópia Ordem de Serviço no interior do veículo, infringindo o disposto no art. 23, VIII do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da turma


Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0317/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU529034-5 de 14/05/2010

Auto de Infração SMTU Nº. 27793 Valor: 50 UPF's

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu o horário programado para a linha das 06:31hs, o qual acarretou prejuízo insanoável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone
Presidente da turma


Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0318/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: 441031-1 de 31/10/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 011958 Valor: R\$239,55

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por não trajar uniforme na área central, infringindo o disposto no art. 24,II do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da turma



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 09 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0319/2013

Conselheiro Relator: *Dimas Simões Franco Neto*

Recorrente: **PANIFICADORA PÃO QUENTE LTDA**

Recurso Processo nº: PG825844-1 de 06/06/2012

Auto de Infração SMS Nº. 04694 Valor: R\$2.716,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a fiscalização constatado que a empresa ora Recorrente encontrar comercializando sobra de alimentos, uso de produtos vencidos na elaboração de alimentos, utensílios em mau estado de conservação e limpeza, produtos vencidos expostos à venda, armazenamento de alimentos de forma inadequada, funcionários sem carteira sanitária, falta de higiene na área da padaria, infringindo o disposto nos arts. 183, I, II, 201, §2º, 180, 193, I e 331, 7º da Lei complementar nº 004/92, sendo os produtos apreendidos conforme Termo de Apreensão nº 16074 – conforme previsão no art.755, VI, art. 722, II c/c art. 723 II “d” do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Prática de forma continuada da mesma infração demonstra descaso ao comando dado pela fiscalização sanitária. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone
Presidente da turma

Dimas Simões Franco Neto
Conselheiro Relator

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013
Acórdão e Ementa nº 0320/2013
Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*
Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**
Recurso Processo nº: 433793-1 de 01/10/2007
Auto de Infração SMTU Nº. 013633 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 16:07 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

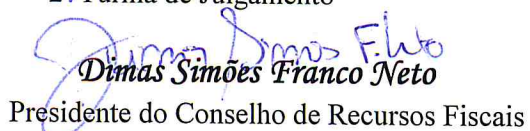
EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013


Rosbeck Bucair
Presidente
2ª Turma de Julgamento


Robson Pereira dos Santos
Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Juliette Caldas Miguéis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0321/2013

Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 433843-3 de 27/09/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 016890 Valor: R\$ 239,61

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, a qual determina não retardar marcha do veículo propositadamente, infringindo o disposto no art. 24, XV do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 05 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto
Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Robson Pereira dos Santos
Robson Pereira dos Santos

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0322/2013

Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 433790-8 de 01/10/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 013630 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 12:31 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto
Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Robson Pereira dos Santos
Robson Pereira dos Santos

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0323/2013

Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 433098-8 de 05/09/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 016832 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 18:02 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dinás Simões Franco Neto
Dinás Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Robson Pereira dos Santos
Robson Pereira dos Santos

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0324/2013

Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 433879-1 de 28/09/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 017470 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 22:30 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Robson Pereira dos Santos

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0325/2013

Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 433099-9 de 05/09/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 016833 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 18:32 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto
Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Robson Pereira dos Santos
Robson Pereira dos Santos
Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0326/2013

Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 433990-6 de 15/10/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 011507 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 11:30 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto
Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Robson Pereira dos Santos
Robson Pereira dos Santos
Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0327/2013

Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 433792-0 de 01/10/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 013631 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 13:37 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013

Rosbeck Bucar
Rosbeck Bucar

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto
Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Robson Pereira dos Santos
Robson Pereira dos Santos

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 10 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0328/2013

Conselheiro Relator: *Robson Pereira dos Santos*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 433791-9 de 01/10/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 013632 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 14:52 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 12 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair
Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto
Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Robson Pereira dos Santos
Robson Pereira dos Santos

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis
Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0329/2013

Conselheiro Relator: **Leopoldino Pereira de Queiroz**

Recorrente: **RAFAELA COLETI MARQUES**

Recurso Processo nº: 474248-8 de 03/05/2010

Auto de Infração SMADES Nº. 34199 Valor: R\$ 404,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pelo **CANCELAMENTO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância** .

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietária do veículo placa NJU0066, marca Honda/Civic LXS, causando perturbação ao sossego público com som automotivo em via pública, infringindo o disposto nos arts. 1º, 5º da Lei nº 3819/99 e art. 721, II e VII da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância foi pelo cancelamento do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso de ofício. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o equívoco praticado pelo agente fiscal. Argumentação do munícipe acatada *in tontum* pelo agente fiscal que se posicionou pelo cancelamento do auto de infração. Recurso conhecido e improvido.


Cuiabá, 19 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Presidente da Turma


Leopoldino Pereira de Queirós

Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0330/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU456599-7 de 13/02/2009

Auto de Infração SMTU Nº. 012815 Valor: R\$832,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 08:10 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0331/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU456724-8 de 17/02/2009

Auto de Infração SMTU Nº. 013263 Valor: R\$832,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, atrasou o horário programado para a linha sem qualquer justificativa que efetivamente caracterizasse motivo de força maior ou caso fortuito, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Jesse Rodrigues de Arruda Barros

Conselheiro Relator



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0332/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU456725-9 de 17/02/2009

Auto de Infração SMTU Nº. 013410 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, omitiu o horário programado para a linha das 13:04 hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento


Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0333/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU432654-6 de 08/08/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 007106 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, omitiu o horário programado para a linha das 05:57hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0334/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU432808-6 de 08/08/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 016075 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, omitiu o horário programado para a linha das 06:02hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0335/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU506912-0 de 11/05/2009

Auto de Infração SMTU Nº. 017925 Valor: R\$832,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, omitiu o horário programado para a linha das 14:02hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros

Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0336/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU454239-9 de 19/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 008196 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, atrasou o horário programado para a linha das 14:34hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

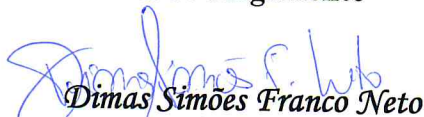
Presidente

1ª Turma de Julgamento



Jesse Rodrigues de Arruda Barros

Conselheiro Relator



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0337/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU454238-8 de 19/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 008701 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, atrasou o horário programado para a linha das 14:34hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0338/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU433539-7 de 19/09/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 016341 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, atrasou o horário programado para a linha das 14:19hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

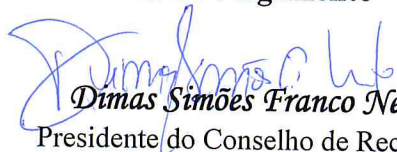
Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone
Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0339/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU454222-2 de 19/06/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 007562 Valor: R\$832,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 05:45hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0340/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU454223-3 de 19/06/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 007560 Valor: R\$832,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 05:45hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros

Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0341/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU454221-1 de 19/06/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 007564 Valor: R\$832,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 05:45hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros
Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0342/2013

Conselheiro Relator: *Jesse Rodrigues de Arruda Barros*

Recorrente: **TAXI LOTAÇÃO ELDORADO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU454220-0 de 19/06/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 007563 Valor: R\$832,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a empresa ora Recorrente descumpriu com a Ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 07:15hs, o qual acarretou prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Inexistência de qualquer irregularidade formal ou material no auto de infração. Enquadramento correto. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Jesse Rodrigues de Arruda Barros

Conselheiro Relator



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0343/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442014-8 de 21/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 017259 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária não cumpriu com o horário das 08:02 hs, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento


Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0344/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442133-9 de 26/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 010840 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço Operacional aprovada pela SMTU, omitiu o horário das 13:15 hs, infringindo o disposto no art. 23, VI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

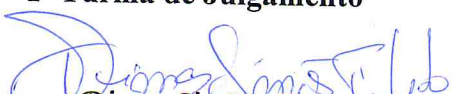
Cuiabá, 19 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento


Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora


Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0345/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442124-0 de 26/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 010435 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não cumpriu com o horário das 10:00 hs, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013
Acórdão e Ementa nº 0346/2013
Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*
Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**
Recurso Processo nº: 442128-4 de 26/12/2007
Auto de Infração SMTU Nº. 010431 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária não cumpriu com o horário das 09:30 hs, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Conselheira Relatora



Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0347/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442131-7 de 26/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 010842 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, atrasou o horário programado das 10:00 hs, infringindo o disposto no art. 23, VI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento


Marli de Paula Vilella

Conselheira Relatora


Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0348/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442897-5 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 014313 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado das 06:33 hs, infringindo o disposto no art. 23, VI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Marli de Paula Vilella

Conselheira Relatora



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0349/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442130-6 de 26/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 010039 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não omitiu o horário das 10:10 hs, infringindo o disposto no art. 24, III da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Marli de Paula Vilella

Conselheira Relatora



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0350/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442132-8 de 26/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 010042 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não omitiu o horário das 08:00 hs, infringindo o disposto no art. 24, III da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento


Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Marli de Paula Vilella

Conselheira Relatora


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0351/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442141-7 de 26/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 010038 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não omitiu o horário das 08:00 hs, infringindo o disposto no art. 24, III da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Marli de Paula Vilella

Conselheira Relatora



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 16 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0352/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: 442129-5 de 26/12/2007

Auto de Infração SMTU Nº. 010037 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não omitiu o horário das 06:50 hs, infringindo o disposto no art. 24, III da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Marli de Paula Vilella

Conselheira Relatora



Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0353/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 442781-5 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 008389 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, omitiu o horário das 05:45 hs, infringindo o disposto no art. 24, III da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0354/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 456626-6 de 13/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 007526 Valor: R\$ 832,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, omitiu o horário das 07:48 hs, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0355/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 442790-4 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 008388 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, omitiu o horário das 09:45hs, infringindo o disposto no art. 24, III da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0356/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 442833-9 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 008370 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não cumpriu o horário das 11:50hs, infringindo o disposto no art. 23, XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0357/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 442834-0 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 008371 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não cumpriu o horário das 13:15 hs, infringindo o disposto no art. 23, XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucar

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0358/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 442837-3 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 008374 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não cumpriu o horário das 17:20 hs, infringindo o disposto no art. 23, XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0359/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 442836-2 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 008373 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não cumpriu o horário das 15:55 hs, infringindo o disposto no art. 23, XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucar

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0360/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 442839-5 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 015301 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não cumpriu o horário das 19:50 hs, infringindo o disposto no art. 23, XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 17 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0361/2013

Conselheiro Relator: *Elías Correa Pedrozo*

Recorrente: **PANTANAL TAXI LOTAÇÃO LTDA ME**

Recurso Processo nº: 442838-4 de 12/02/2008

Auto de Infração SMTU Nº. 008375 Valor: R\$ 798,50

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância**.

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob alegação de que a permissionária descumpriu com a Ordem de Serviço de Operação aprovada pela SMTU, não cumpriu o horário das 18:35 hs, infringindo o disposto no art. 23, XI da Lei nº 2758/90 regulamentada pelo Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso Voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que o procedimento fiscal está correto. Inexistência de qualquer irregularidade material e ou formal do auto de infração. Instituto da preclusão pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da preclusão. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Em sede administrativa é incabível arguição de inconstitucionalidade de lei, decreto ou ato normativo, matéria de competência do Poder Judiciário por força do próprio texto constitucional. Auto de Infração perfeito. Recurso concedido e improvido.

Cuiabá, 19 de julho de 2.013

Rosbeck Bucar

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Elías Correa Pedrozo

Conselheiro Relator

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 23 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0362/2013

Conselheiro Relator: *José Edemir Moreira Fernandes*

Recorrente: **ADALBERTO LEBRINHA CARVALHO DE ALMEIDA**

Recurso Processo nº: PG899390-1 de 25/03/2013

Auto de Infração da SMADES nº 000392 Valor: R\$ 3.880,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração, **reformando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietário do imóvel que por falta de limpeza e sem receber a manutenção adequada sofreu ação de queimada, ato lesivo a saúde pública e ao meio ambiente, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, 114, 447, I, II, III, parágrafo único, “a”, “b”, “c”, 722, II, 723, II, “d” e “m”, sendo penalizado nos termos do art. 760, II da Lei Complementar nº 004/92.


A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Provas carreadas insuficientes para elidir a ação fiscal. No tocante ao quantum este merece reforma. Agravante fixada no art. 723, descaracterizada. Aplicação do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade. **Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor equivalente a 30 (trinta) UPF's devidamente corrigidos nos termos do art. 113, II do mesmo diploma legal.** Recurso conhecido e provido parcialmente

Cuiabá, 26 de julho de 2.013


Helenise Aparecida L. de S. Ferreira
Presidente em exercício
1ª Turma de Julgamento


Jose Edmir Moreira Fernandes
Conselheiro Relator
Fernandes


Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 23 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0363/2013

Conselheiro Relator: *Dimas Simões Franco Neto*

Conselheira Revisora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: **VALDECI DOS SANTOS**

Recurso Processo nº: PG906713-0 de 20/03/2013

Auto de Infração da SMADES nº 034471 Valor: R\$ 6.388,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração, acompanhando voto da revisora, **reformando a decisão de 1ª instância.**

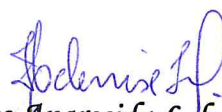
O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietário do imóvel que por falta de limpeza e sem receber a manutenção adequada sofreu ação de queimada, ato lesivo a saúde pública e ao meio ambiente, infringindo o disposto nos arts. 493, 524, XX, XXI, “a”, XXII, XXIII, 604, 605, 610, 722, III, 723, II, “d” “e” “m”, sendo penalizado nos termos do art. 760, II da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Provas carreadas insuficientes para elidir a ação fiscal. Não há que se falar em prescrição intercorrente. Prazo renovado com a decisão de 1ª Instância. Não se verifica na descrição fática do presente auto de infração a subsidiar a sanção prevista na alínea “e” do art. 723. No tocante ao quantum este merece reforma. Agravante descaracterizada. **Devendo o recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o valor equivalente a 100 (cem) UPF's devidamente corrigidos nos termos do art. 723, “d” e “m” do mesmo diploma legal.** Recurso conhecido e provido parcialmente

Cuiabá, 26 de julho de 2.013


Helenise Aparecida L. de S. Ferreira
Presidente em exercício
1ª Turma de Julgamento


Marli de Paula Vilella
Conselheira Revisora


Dimas Simões Franco Neto
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 24 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0364/2013

Conselheiro Relator: *Vidal Constatino da Silva*

Conselheira Revisora: *Irone Galindo Cadermatori*

Recorrente: **ABDEL HAKIM KHALIL OKDE**

Recurso Processo nº: PG903502-5 de 01/03/2013

Auto de Infração da SMADES nº 28444 Valor: R\$ 6.652,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, acompanhando voto da revisora **ratificando a decisão de 1ª instância**.

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietário do imóvel que por falta de limpeza e sem receber a manutenção adequada sofreu ação de queimada, ato lesivo a saúde pública e ao meio ambiente, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, 114, 447, I, II, III, parágrafo único, “a”, “b”, “c”, 722, II, 723, II, “d” e “m”, sendo penalizado nos termos do art. 760, II da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Responsabilidade objetiva. Agente fiscal observou os ditames da lei. Inexistência de qualquer irregularidade materiais e formais do auto de infração. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 26 de julho de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Vidal Constatino da Silva

Conselheiro Relator

Irone Galindo Cadermatori

Conselheira Revisora

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0365/2013

Conselheiro Relator: *Pedro Marcelo de Simone*

Recorrente: **DENISE BENINI GALETTI**

Recurso Processo nº: PG910990-5 de 26/04/2013

Auto de Infração SMAAF Nº. 4964 Valor: R\$7.760,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PÁRCIAL** do Auto de Infração, **reformando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, em retorno e atendimento a reclamação nº 4579/2010 constatou-se que o terreno baldio de propriedade do recorrente encontrava-se coberto de mato, servindo de depósito de lixo e sem receber a manutenção adequada, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, II, parágrafo único, 114, 524, XX, XXI, “a”, “XXII e XXIII, 604, 605, 609, 610, 722, III, 723, II, “d”, “e” e “m” ” e 760, II da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente a ocorrência da infração. Arguição da recorrente não tem o condão de elidir sua responsabilidade. Responsabilidade objetiva. Incontroverso a ocorrência da queimada. Ausência de apontamento e caracterização das agravantes na descrição dos fatos pelo agente fiscal. Presença de atenuantes. Enquadramento utilizado diverge da situação fática/probatória. Necessidade de promover nova quantificação da multa. Auto de Infração reconhecido como grave. Incidência os incisos II dos arts 722 e 760. **Devendo o Recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o equivalente a 100 (cem) UPF's nos termos da Tabela 01, Seccção VIII, devidamente corrigidos.** Auto de Infração merece reparo. Recurso conhecido e provido parcialmente.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013


Helenise Aparecida L. de S. Ferreira

Presidente em exercício

1ª Turma de Julgamento


Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Pedro Marcelo de Simone

Conselheiro Relator


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0366/2013

Conselheiro Relator: *Pedro Marcelo de Simone*

Recorrente: **STELMAT TELEINFORMÁTICA LTDA**

Recurso Processo nº: PG826930-0 de 11/06/2012

Auto de Infração SMF Nº. 022724/2012 Valor: R\$517.965,53

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pelo **CANCELAMENTO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, sob o fundamento de que o recorrente não teria recolhido o ISSQN referente a competência de nov. e dez./2009; dez./2010 e jan. à dez./2011, infringindo o disposto no art. 239, item 1.07 c/c arts 242 e 244 da Lei Complementar 043/97, sendo imputada a penalidade prevista no art. 352, III, "a" do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância julgou pelo cancelamento do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso de ofício. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente que a decisão de 1ª instância não merece qualquer reforma. Contrato firmado com a Prefeitura engloba prestação de serviços e locação de equipamentos (hardware). Documentação apresentada comprova o recolhimento do ISSQN relativo a prestação de serviços. Locação de hardware não está inserido no campo de incidência do ISSQN. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013


Helenise Aparecida L. de S. Ferreira
Presidente em exercício
1ª Turma de Julgamento


Pedro Marcelo de Simone
Conselheiro Relator


Dimas Simões Franco Neto
Conselheiro Revisor
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0367/2013

Conselheira Relatora: *Marli de Paula Vilella*

Recorrente: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO TRIBUNAL DE CONTAS/SINTTCONTAS

Recurso Processo nº: PG920957-3 de 15/05/2013

Auto de Infração SMAAF Nº. 005937 Valor: R\$8.300,00

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO PARCIAL** do Auto de Infração, **reformando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, em retorno e atendimento a reclamação nº 4579/2010 constatou-se que o terreno baldio de propriedade do recorrente encontrava-se coberto de mato, servindo de depósito de lixo e sem receber a manutenção adequada, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, II, parágrafo único, 114, 524, XX, XXI, “a”, “XXII e XXIII, 604, 605, 609, 610, 722, III, 723, II, “d”, “e” e “m” ” e 760, II da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente a ocorrência da infração. Arguição da recorrente não tem o condão de elidir sua responsabilidade. Incontroverso a ocorrência da queimada. Responsabilidade objetiva. Graduação da multa tem seu limite na gravidade da infração praticada. Ausência de apontamento e caracterização das agravantes na descrição dos fatos pelo agente fiscal. Duas agravantes descaracterizadas. Presença de atenuantes. Necessidade de promover nova quantificação da multa. Auto de Infração reconhecido como leve. Incidência do inciso I do art 722. **Devendo o Recorrente recolher aos Cofres Públicos Municipais o equivalente a 20 (vinte) UPF's nos termos da Tabela 01, Seção VIII, devidamente corrigidos.** Auto de Infração merece reparo. Recurso conhecido e provido parcialmente.

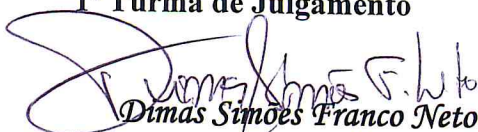
Cuiabá, 05 de agosto de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Dimas Simões Franco Neto
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Marli de Paula Vilella
Conselheira Relatora



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013
Acórdão e Ementa nº 0368/2013
Conselheiro Relator: *Dimas Simões Franco Neto*
Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**
Recurso Processo nº: SMTU545345-3
Auto de Infração SMTU Nº. 000656 Valor: R\$773,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não realizou a viagem programada para a linha das 18:08 hs, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Regra invocada não prevê e nem dispõe a perda do direito de notificar o agente infrator. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Conselheiro Relator

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0369/2013

Conselheiro Relator: *Dimas Simões Franco Neto*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU545351-0

Auto de Infração SMTU Nº. 010842 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, atrasou a viagem programada para a linha das 16:43 hs, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Regra invocada não prevê e nem dispõe a perda do direito de notificar o agente infrator. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Conselheiro Relator

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013
Acórdão e Ementa nº 0370/2013
Conselheiro Relator: *Dimas Simões Franco Neto*
Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**
Recurso Processo nº: SMTU545355-3
Auto de Infração SMTU Nº. 010841 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**


O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, adiantou a viagem programada para a linha das 16:43 hs, acarretando prejuízo insanoável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 09 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Regra invocada não prevê e nem dispõe a perda do direito de notificar o agente infrator. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

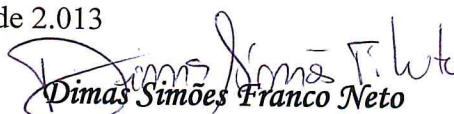
Cuiabá, 05 de agosto de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Conselheiro Relator

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013

Acórdão e Ementa nº 0371/2013

Conselheiro Relator: *Dimas Simões Franco Neto*

Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**

Recurso Processo nº: SMTU545327-8

Auto de Infração SMTU Nº. 010038 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumpriu com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, por não omitir a viagem programada para a linha das 08:00 hs, infringindo o disposto no art. 23, VI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 24, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Regra invocada não prevê e nem dispõe a perda do direito de notificar o agente infrator. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Conselheiro Relator

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013
Acórdão e Ementa nº 0372/2013
Conselheiro Relator: **Dimas Simões Franco Neto**
Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**
Recurso Processo nº: SMTU545353-7
Auto de Infração SMTU Nº. 010840 Valor R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

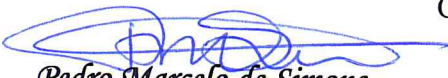
O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumpriu com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, omitiu a viagem programada para a linha das 13:15 hs, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.


A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Regra invocada não prevê e nem dispõe a perda do direito de notificar o agente infrator. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013


Pedro Marcelo de Simone
Presidente
1ª Turma de Julgamento


Dimas Simões Franco Neto
Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013
Acórdão e Ementa nº 0373/2013
Conselheiro Relator: **Dimas Simões Franco Neto**
Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**
Recurso Processo nº: SMTU545347-8
Auto de Infração SMTU Nº. 000652 Valor R\$773,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumpriu com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, omitiu a viagem programada para a linha das 14:03, 15:52, 17:44 e 19:36 hs, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Regra invocada não prevê e nem dispõe a perda do direito de notificar o agente infrator. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento


Dimas Simões Franco Neto

Conselheiro Relator

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013
Acórdão e Ementa nº 0374/2013
Conselheiro Relator: **Dimas Simões Franco Neto**
Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**
Recurso Processo nº: SMTU545349-4
Auto de Infração SMTU Nº. 004360 Valor R\$727,34

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumpriu com a Notificação nº 004355 de 04/05/2006 a qual instruíra a providenciar a uniformização de seus motoristas e cobradores em 24 horas, infringindo o disposto no art. 23, VIII do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Regra invocada não prevê e nem dispõe a perda do direito de notificar o agente infrator. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013


Pedro Marcelo de Simone

Presidente
1ª Turma de Julgamento


Dimas Simões Franco Neto

Conselheiro Relator
Presidente do Conselho de Recursos Fiscais


Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
PRIMEIRA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 30 de julho do ano 2.013
Acórdão e Ementa nº 0375/2013
Conselheiro Relator: **Dimas Simões Franco Neto**
Recorrente: **TRANSPORT LOTAÇÃO LTDA**
Recurso Processo nº: SMTU545357-8
Auto de Infração SMTU Nº. 010435 Valor: R\$798,50

ACÓRDÃO

Por maioria de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter a empresa ora Recorrente descumprido com a ordem de Serviço em Operação determinada pela SMTU, não cumpriu com o horário programado para a linha das 10:00 hs, acarretando prejuízo insanável a coletividade usuária, infringindo o disposto no art. 23, VI e XI do Decreto nº 2367/91, sendo-lhe imputada a penalidade de multa prevista no art. 28, III c/c Anexo 01, Item 03, Grupo 03, Item 08 do mesmo diploma legal.

A decisão de 1ª Instância, julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Instituto da prescrição pleiteado não encontra respaldo jurídico. Eventual notificação fora do prazo não se relaciona com o instituto da prescrição. Regra invocada não prevê e nem dispõe a perda do direito de notificar o agente infrator. Preliminar arguida rejeitada. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Auto de Infração perfeito. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013



Pedro Marcelo de Simone

Presidente

1ª Turma de Julgamento



Conselheiro Relator

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais



Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 31 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0376/2013

Conselheiro Relator: *Vidal Constatino da Silva*

Recorrente: **ROBERTO LIMA (João José Gonçalves da Silva)**

Recurso Processo nº: PG909093-4 de 15/04/2013

Auto de Infração da SMADES nº 144069 Valor: R\$ 7.760,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietário do imóvel que por falta de limpeza e sem receber a manutenção adequada sofreu ação de queimada, ato lesivo a saúde pública e ao meio ambiente, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, II, parágrafo único, 493, 524, XX, XXI, "a", XXII, XXIII, 604, 605, 609, 722, III, 723, II, "d" "e" "m", sendo penalizado nos termos do art. 760, III da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância decretou a revelia.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica. Recorrente não trouxe aos autos nenhum documento hábil a habilitá-lo no processo. Escritura Pública é essencial à validade dos negócios jurídicos. Direitos Reais sobre imóveis constituídos ou transmitidos entre vivos se adquire com o registro em Cartório de Registro de Imóveis. Inexistência de qualquer irregularidade material e formal do auto de infração. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Vidal Constatino da Silva

Conselheiro Relator

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 31 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0377/2013

Conselheiro Relator: *Irone Galindo Cadermatori*

Recorrente: **COBRA COOP AGROINDUSTRIAL DO CENTRO OESTE DO BRASIL**

Recurso Processo nº: PG903544-1 de 08/03/2013

Auto de Infração da SMADES nº 27019 Valor: R\$ 6.652,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietário do imóvel que por falta de limpeza e sem receber a manutenção adequada sofreu ação de queimada, ato lesivo a saúde pública e ao meio ambiente, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, II, parágrafo único, 493, 524, XX, XXI, "a", XXII, XXIII, 604, 605, IV, 609, 722, III, 723, III, "d" "e" e "m", sendo penalizado nos termos do art. 760, III da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica e insuficiente para elidir a ação fiscal. Responsabilidade objetiva. Eventual notificação fora do prazo não gera a nulidade. Inexistência de qualquer irregularidade material e formal no auto de infração. No tocante ao quantum este não merece reforma.. Recurso conhecido e improvido.

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013

Irone Galindo Cadermatori
Conselheira Relatora

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Órgão de julgamento em segunda instância, vinculado administrativamente ao Prefeito Municipal, instituído pelo Decreto nº 819, de 17 de agosto de 1983, com as alterações promovidas pelo Decreto 1.144, de 19 de março de 1985, Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 2.159, de 18-12-89, Decreto nº 3.546, de 03 de novembro de 1998, com alterações sofridas e Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 4.510 de 29 de dezembro de 2006.

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO E EMENTA
SEGUNDA TURMA JULGADORA

Sessão do dia 31 de julho do ano 2.013:

Acórdão e Ementa nº 0378/2013

Conselheiro Relator: *Irone Galindo Cadermatori*

Recorrente: **COBRA COOP AGROINDUSTRIAL DO CENTRO OESTE DO BRASIL**

Recurso Processo nº: PG903542-5 de 08/03/2013

Auto de Infração da SMADES nº 178719 Valor: R\$ 6.652,00

ACÓRDÃO

Por unanimidade de votos os presentes Conselheiros julgaram pela **MANUTENÇÃO** do Auto de Infração, **ratificando a decisão de 1ª instância.**

O procedimento fiscal culminou na lavratura da Notificação Fiscal Auto de Infração e Apreensão, por ter o Recorrente, proprietário do imóvel que por falta de limpeza e sem receber a manutenção adequada sofreu ação de queimada, ato lesivo a saúde pública e ao meio ambiente, infringindo o disposto nos arts. 112, 113, II, parágrafo único, 493, 524, XX, XXI, "a", XXII, XXIII, 604, 605, IV, 609, 722, III, 723, III, "d" "e" e "m", sendo penalizado nos termos do art. 760, III da Lei Complementar nº 004/92.

A decisão de 1ª Instância julgou pela manutenção do Auto de Infração.

EMENTA

Recurso voluntário. Após análise acurada do exposto pela Recorrente, autoridade fiscal e Decisão de 1ª Instância, restou claro e evidente o cometimento da infração, sujeita a penalidade constante na Legislação Municipal. Recorrente não trouxe aos autos nenhum fato a contrapor a autuação lavrada. Defesa invocada desprovida de fundamentação jurídica e insuficiente para elidir a ação fiscal. Responsabilidade objetiva. Eventual notificação fora do prazo não gera a nulidade. Inexistência de qualquer irregularidade material e formal no auto de infração. No tocante ao quantum este não merece reforma.. Recurso conhecido e improvido.

Cuiabá, 05 de agosto de 2.013

Rosbeck Bucair

Presidente

2ª Turma de Julgamento

Irone Galindo Cadermatori
Conselheira Relatora

Dimas Simões Franco Neto

Presidente do Conselho de Recursos Fiscais

Juliette Caldas Miguéis

Representante Fiscal do Município de Cuiabá